



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

EDITAL 15/2021
**PROCESSO CLASSIFICATÓRIO DE AFASTAMENTO DE SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO CAMPUS IBIRUBÁ DO IFRS**

A DIRETORA GERAL DO CAMPUS IBIRUBÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei nº 8.112/90, o Decreto nº 9.991/2019, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), Resoluções Consup nº 114/2014 e nº 080/2016, torna público a abertura de inscrições para o **Edital 15/2021** - Processo Classificatório de Afastamento de Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE).

1. OBJETIVO GERAL

1.1 O presente edital visa regulamentar, conforme o Artigo 6º da Resolução Consup nº 080/2016 e o Artigo 21 do Decreto nº 9.991/2019, o Processo Classificatório de Afastamento de Servidores Técnico-Administrativos em Educação pelo período de:

- I - Até vinte e quatro meses para mestrado;
- II - Até quarenta e oito meses para doutorado;
- III - Até doze meses para pós-doutorado.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A participação do candidato no Processo Classificatório para Afastamento de Servidores Técnico-Administrativos em Educação regido pelo presente Edital está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- I - Cumprimento das regras estabelecidas em legislação vigente;
- II - Cumprimento das exigências estabelecidas nas Resolução Consup nº 080/2016, que aprova o Regulamento de Afastamento dos Técnico-Administrativos em Educação e no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do IFRS;
- III - Cumprimento dos prazos e regras estabelecidos neste Edital;
- IV - Não possuir titulação igual ou superior com aquela a ser alcançada com a conclusão do curso para o qual está solicitando afastamento.

3. DO CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA	RESPONSÁVEL
Período de Inscrições	11/06/2021 a 28/06/2021	Unidade de Gestão de Pessoas
Período para juntada de documentos comprobatórios de situação funcional	Até 05/07/2021	Unidade de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

Prazo para CAGPPI emitir parecer avaliativo do plano ou projeto de trabalho	Até 20/07/2021	CAGPPI
Divulgação resultado preliminar	Até 30/07/2021	CIS Local
Interposição de Recursos ao resultado preliminar (recurso de 1ª instância)	Em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado preliminar	Unidade de Gestão de Pessoas / CIS Local
Análise de recursos ao resultado preliminar e envio ao CONCAMP	Em até 2 (dois) dias úteis após a data de interposição de recursos	CIS Local
Homologação do resultado preliminar*	De acordo com o calendário do CONCAMP	CONCAMP
Interposição de Recursos ao resultado preliminar (recurso de 2ª instância)**	Em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado preliminar	Unidade de Gestão de Pessoas / CONCAMP
Análise de recursos ao resultado preliminar	Em até 2 (dois) dias úteis após a data de interposição de recursos	CONCAMP
Publicação do Resultado Final	Até 3 (três) dias úteis depois da Reunião do Concamp	CONCAMP
Interposição de Recursos ao resultado final (Recurso em última instância institucional)	Em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado final.	Unidade de Gestão de Pessoas / CONCAMP / CONSUP
Análise dos recursos ao resultado final	De acordo com o calendário do CONSUP	CONSUP
Homologação e publicação do resultado final	Até 3 (três) dias úteis depois da Reunião do CONSUP	Unidade de Gestão de Pessoas / CONSUP
Notificação dos classificados	Até 5 (cinco) dias após a liberação de uma nova vaga	Unidade de Gestão de Pessoas
Entrega dos documentos para Afastamento	Até 20 (vinte) dias após a notificação por parte da Unidade de Gestão de Pessoas	Servidor(a)

* A publicação do resultado final pode variar de acordo com o atendimento das etapas previstas neste Edital.

** Caso não tenha recursos de 2ª instância, o resultado final será publicado pelo CONCAMP em até 05 dias úteis desta data.

4. DAS INSCRIÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

4.1 As inscrições deverão ser realizadas enviando e-mail para a CGP (cgp@ibiruba.ifrs.edu.br) do *campus* em documento único (pdf contendo toda a juntada documental seguindo a ordem do edital) conforme link (<https://ifrs.edu.br/gestao-de-pessoas/fluxos-e-formularios/processos-digitais/afastamento-para-qualificacao-stricto-sensu-tae/>), no período de **11/06/2021** a **28/06/2021**. Todos os documentos devem ser anexados em formato PDF e com tamanho máximo de 10MB cada arquivo.

4.2 O servidor que estiver em exercício em unidade organizacional diferente de sua unidade de lotação, deverá concorrer em edital específico de sua unidade de lotação.

4.3 A documentação mínima necessária para a inscrição no presente edital será, **em todos os casos:**

I - Formulário Servidor - Afastamento para Qualificação Técnico-Administrativo em Educação (<https://docs.google.com/document/d/1-p2kEThZFzVy5SIXZ5MLwvBUZv9M3-NIIZ-ONHGwBY8/edit>);

II - Parecer da equipe de trabalho, conforme modelo do Anexo I (https://docs.google.com/document/d/1vzqXIGHFDQPiOOVnvkeI_LN6KV_L3yWTsXozAMi8UBU/edit), contendo, obrigatoriamente a descrição das atividades desenvolvidas pelo servidor TAE, a nova organização de trabalho com sua saída, consentimento ou negativa do afastamento, a ser emitido em até 10 (dez) dias;

III - Termo de Responsabilidade (https://docs.google.com/document/d/1Hww-n0ik5viJ7XNKZvHJB_D0mbGFo5ohQ23TAMbUxik/edit), devidamente preenchido e assinado.

4.4 No caso de **mestrado** ou **doutorado**, além dos documentos do item 4.3:

I - Comprovante de matrícula como aluno regular emitido pela instituição de ensino, caso este já esteja em andamento; ou

II - Comprovante de aceite na seleção do programa de pós-graduação; ou

III - Comprovante de inscrição no processo seletivo do programa de pós-graduação; e

IV - Plano de trabalho, pré-projeto ou projeto de trabalho a ser desenvolvido no programa de pós-graduação.

4.5 No caso de **pós-doutorado**, além dos documentos do item 4.3:

I - Carta-convite do curso de pós-doutorado; e

II - Plano de trabalho, pré-projeto ou projeto de trabalho a ser desenvolvido no curso.

4.6 O afastamento para ações de qualificação no exterior estará condicionado ao aceite da instituição estrangeira, devidamente formalizado em documento específico para esse fim.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO

5.1 Compete ao **Diretor Geral:**

I - Publicar, ao menos uma vez ao ano, edital para o Processo Classificatório para Afastamento de Servidores Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito do *Campus* Ibirubá.

5.2 Compete às **Equipes de trabalho e Chefia Imediata:**

I - Expedir parecer de acordo com o estabelecido no item 4.3, inciso II.

5.3 Compete à **Unidade de Gestão de Pessoas - CGP:**

I - Manter atualizado no assentamento funcional o registro de afastamento de servidores TAE;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

II - Anexar ao processo, em até 7 dias, parecer sobre a carreira funcional do servidor contendo cargo, descrição do cargo, setor de lotação, ambiente organizacional das atividades previstas para o cargo, tempo de serviço no IFRS, data de nascimento e declaração de estabilidade no cargo e eventual pedido de licença para tratar de assuntos particulares.

III - Anexar ao processo, em até 7 dias, registro de afastamentos ou licenças anteriores;

IV - Solicitar parecer avaliativo da CAGPPI com relação ao plano de trabalho, pré-projeto ou projeto do trabalho a ser desenvolvido no programa de pós-graduação ou pós-doutorado;

V - Estabelecer o quantitativo de servidores TAE possíveis para afastamento em conformidade com o art. 4º da Resolução Consup nº 080/2016, auxiliada pela CIS;

VI - Realizar o acompanhamento anual das atividades do servidor TAE afastado de acordo com os formulários próprios para cada modalidade de afastamento a ser disponibilizado no sítio eletrônico da Unidade de Gestão de Pessoas;

VII - Receber certificados ou diplomas de conclusão para encerramento do processo de afastamento;

VIII - Encaminhar o processo devidamente instruído para análise da CIS local;

IX - Receber eventuais recursos;

X - Encaminhar os recursos recebidos em primeira instância à CIS Local;

XI - Encaminhar ao CONCAMP os recursos recebidos em segunda instância;

XII - Encaminhar ao CONSUP os recursos recebidos em última instância institucional;

XIII - Resolver os casos omissos, assessorada pela CIS Local.

5.4 Compete à **CAGPPI**:

I - Expedir em 15 dias, a contar do recebimento do processo por parte da gestão de pessoas, o parecer avaliativo citado no inciso IV do item 5.3, de acordo com a Instrução Normativa PROPPI nº 02/2014;

II - Devolver o processo à Unidade de Gestão de Pessoas - CGP.

5.5 Compete à **CIS Local**:

I - Homologar as inscrições;

II - Fundamentar os casos de inscrições não homologadas;

III - Publicar a homologação das inscrições, com a justificativa para as inscrições não homologadas;

IV - Classificar os candidatos de acordo com o estabelecido no presente edital;

V - Analisar os recursos interpostos contra a classificação preliminar dos servidores;

VI - Publicar a classificação dos servidores após recurso em primeira instância;

VII - Encaminhar o processo ao CONCAMP para homologação dos resultados;

VIII - Assessorar a Unidade de Gestão de Pessoas na resolução dos casos omissos;

IX - Providenciar a publicação da classificação final.

5.6 Compete ao **CONCAMP**:

I - Homologar os resultados preliminares encaminhados pela CIS Local, fundamentando os casos de não homologação;

II - Analisar os recursos interpostos em segunda instância;

III - Publicar o resultado final do Edital de Afastamento.

5.7 Compete à **CIS Central**:

I - Assessorar o Consup, enquanto instância recursal institucional final.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

5.8 Compete ao **Conselho Superior**:

I - Analisar recursos em última instância institucional.

6. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 Os candidatos inscritos no presente Edital serão classificados de acordo com os seguintes critérios, nesta ordem de prioridade e pontuação conforme tabela abaixo.

I - Servidores TAE nunca contemplados com afastamento para qualificação *stricto sensu* e pós graduação;

II - Servidores TAE com menor titulação (atual);

III - Servidor com mais tempo desde sua última obtenção de título;

IV - Servidores TAE com maior tempo de efetivo exercício no quadro de pessoal do IFRS.

CRITÉRIO		PONTUAÇÃO
Servidor nunca contemplado com afastamento para qualificação <i>stricto sensu</i> e pós graduação		30
Servidor com menor titulação pretendida (o servidor pontuará mais quanto menor for o nível da ação de qualificação)	Mestrado	30
	Doutorado	20
	Pós-doutorado	10
Servidor com mais tempo desde sua última obtenção de título (no caso de número fracionário, o arredondamento será para o número inteiro imediatamente superior)		1 ponto por mês
Servidor com maior tempo de efetivo exercício no quadro de pessoal do IFRS (no caso de número fracionário, o arredondamento será para o número inteiro imediatamente superior)		1 ponto por mês

6.2 Todos os servidores TAE cujas solicitações de afastamento forem deferidas serão classificados em ordem decrescente de pontuação.

6.3 Em caso de empate na pontuação, será utilizado como critério de desempate o servidor com maior idade.

7. DO AFASTAMENTO

7.1 Serão afastados os servidores classificados em edital até o limite de 10% do quadro de TAE lotados no *Campus Ibirubá*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

7.1.1 No caso de número fracionário, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

7.2 Quando houver a disponibilidade da vaga para afastamento, os servidores classificados deverão entregar, no prazo de 20 (vinte) dias da notificação, para fins de afastamento, os seguintes documentos à Unidade de Gestão de Pessoas:

I - Atestado de matrícula emitido pela instituição de ensino como aluno regular ou documento que comprove a aprovação em processo seletivo ou carta de aceite no programa de pós-graduação ou pós-doutorado;

II - Documento emitido pela instituição de ensino contendo a data de início e período regular de duração do curso;

7.2.1 No caso de mestrado ou doutorado, o documento citado no inciso II deverá ser emitido pela Secretaria/Coordenação do Programa de Pós-Graduação.

7.2.2 A Unidade de Gestão de Pessoas será responsável pela notificação dos candidatos classificados para entrega da documentação para preenchimento da vaga para afastamento.

7.2.3 O candidato que apresentar a documentação exigida para afastamento será considerado apto para preenchimento da vaga.

7.2.4 Para preenchimento da vaga disponível deverá ser observada a ordem da lista apenas dos servidores considerados aptos.

7.2.5 O candidato que não apresentar a documentação exigida será considerado inapto apenas para preenchimento da vaga específica a qual foi notificado.

7.2.6 O candidato considerado inapto terá sua posição mantida na lista do edital homologada pelo CONCAMP.

7.2.7 Os documentos entregues poderão ser utilizados para mais de uma notificação, desde que, aconteçam num mesmo semestre letivo.

7.3 A Unidade de Gestão de Pessoas deverá anexar ao processo de inscrição no edital os documentos previstos nos incisos I e II do item 7.2 e a notificação dada ao servidor.

7.4 Os processos de afastamento disciplinados por este edital serão avaliados pela DGP da Reitoria, que poderá solicitar a apresentação de documentação complementar a qualquer tempo.

7.5 Não será concedido afastamento a servidor que não estiver devidamente matriculado como aluno regular do curso.

7.6 A liberação do servidor para a realização de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho em conformidade com a legislação vigente.

7.7 Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para gozo de licença para capacitação ou com fundamento no Artigo 96-A, da Lei nº 8.112/90, nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

7.8 A portaria de autorização do afastamento será assinada pelo Diretor de Gestão de Pessoas do IFRS, com publicação no Boletim de Pessoal SIPPAG, no site do IFRS e, em caso de afastamento para *stricto sensu* em instituição estrangeira, a mesma será assinada pelo(a) Reitor(a) do IFRS e publicada no Diário Oficial da União.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Ibirubá

7.9 A autorização do afastamento (portaria) está condicionada a manifestação expressa do servidor em relação ao teor do Termo de Compromisso, fornecido pela DGP, através de sua assinatura, juntamente com o Reitor.

7.10 É responsabilidade do servidor TAE interessado no afastamento providenciar e requerer toda documentação necessária à abertura do processo.

7.11 O servidor TAE deverá aguardar em exercício a autorização do afastamento para qualificação.

7.12 O afastamento do servidor TAE pode ser prorrogado até os prazos máximos estabelecidos pelo artigo 6º da Resolução Consup/IFRS nº 080/2016.

7.13 O pedido de prorrogação do afastamento tem prioridade ante as novas solicitações e deverá seguir os fluxos normais deste tipo de processo.

8. DO ACOMPANHAMENTO DO AFASTAMENTO

8.1 O servidor afastado deverá entregar à gestão de pessoas de sua unidade organizacional, o Relatório Anual de Atividades até o dia 30 de março do ano subsequente.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A inscrição que não satisfaça os requisitos mencionados neste edital ou a ausência de documentação acarretará na eliminação do inscrito.

9.2 A constatação de má-fé nas declarações prestadas pelos candidatos acarretará nas sanções legais pertinentes.

9.3 O prazo de validade do presente edital é de 1 (um) ano a contar da data da publicação de seu resultado.

9.4 Os casos omissos a este edital serão dirimidos pela Unidade de Gestão de Pessoas do *campus*, assessorada pela CIS Local.

Ibirubá, 07 de junho de 2021.

SANDRA REJANE ZORZO PERINGER
Diretora Geral